

-----**ACTA N.º 203**-----

----- Aos dezoito dias do mês de Dezembro de dois mil e nove, nesta vila de Sever do Vouga e Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu a Assembleia Municipal, ordinariamente, sob a presidência de Dr. José Manuel Barbosa de Almeida e Costa, que a convocou ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 54º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro (nova redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro). -----

-----**Ordem de Trabalhos**-----

1. Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara -----
 2. Período de antes da Ordem do Dia -----
 - 2.1– Correspondência; -----
 - 2.2 – Intervenções. -----
 3. Ordem do dia -----
 - 3.1 – Regimento -----
 - 3.2 - Orçamento e GOP/2010 -----
 - 3.3 - Comissões Municipais – Constituição -----
 - 3.3.1 Conselho Municipal de Segurança -----
 - 3.3.2 Conselho Municipal da Juventude -----
 - 3.3.3 Conselho Municipal de Educação -----
 - 3.3.4 Comissão Municipal de Instalação e Modificação de Estabelecimentos Comerciais -----
 - 3.3.5 Comissão Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios -----
 - 3.3.6 Comissão de Protecção de Crianças e Jovens -----
 - 3.3.7 Conselho Municipal Cinegético -----
 - 3.3.8 Comissão de Acompanhamento do Plano Director Municipal -----
 - 3.3.9 Assembleia Distrital -----
 - 3.3.10 CIRA – Comunidade Intermunicipal do Baixo Vouga -----
 - 3.4 - AMBV – Extinção -----
 - 3.5 – ANMP – Representantes / Congresso -----
 - 4 - Outros assuntos -----
 - 5 - Período destinado ao público -----
- Passava pouco das dezassete horas quando o presidente da Assembleia Municipal declarou aberta a sessão. -----
- Seguidamente, o presidente deste órgão solicitou ao primeiro secretário que verificasse se havia quórum e procedesse à chamada. -----
- Depois de realizada a chamada, constatou-se a presença dos membros: -----
- 1) Albino Tavares de Pinho -----
 - 2) Alexandre Paulo Tavares Machado -----
 - 3) Álvaro de Pinho Duarte -----
 - 4) Ana Raquel Machado e Costa -----
 - 5) António da Silva Portela -----
 - 6) Belmiro Manuel Marques -----
 - 7) Carlos Alexandre Arede da Silva -----
 - 8) Cipriano de Arede Nogueira -----
 - 9) Cláudia Maria Rodrigues da Silva -----
 - 10) Claudino da Fonseca Soares -----
 - 11) David Dias Cabral -----
 - 12) David da Silva Alves -----
 - 13) Ercília Maria Marques Pedro -----

- 14) Fernando da Silva Oliveira -----
- 15) Harolde Soares da Silva Balaias -----
- 16) Isabel Maria Soares dos Santos -----
- 17) Joana Patrícia da Silva Rodrigues -----
- 18) João Pereira Henriques -----
- 19) José Carlos Ribeiro de Sousa -----
- 20) José Luís da Silva e Almeida -----
- 21) José Manuel Barbosa de Almeida e Costa -----
- 22) Júlio Martins Fernandes -----
- 23) Manuel Eduardo Nogueira Dias da Silva -----
- 24) Mário Coutinho Martins -----
- 25) Nuno Miguel Pereira Martins Ferreira -----
- 26) Alexandre Fernandes Tavares -----
- 27) Rui Manuel Jesus Nunes -----
- 28) Rui Manuel Pires da Silva -----

----- Na sequência da comunicação apresentada por Renata Liliana da Costa Marques, ao abrigo do art.º 78º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada através da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e art.º 56º do Regimento, foi convocado através de protocolo, nos termos do art.º 79º do mesmo diploma e art.º 57º do Regimento, o senhor Alexandre Fernandes Tavares, que a substituiu nesta sessão. -----

----- Da Câmara Municipal foram registadas as presenças de Manuel da Silva Soares, Presidente; António José Martins Coutinho, Vice-Presidente; Raul Alberto da Conceição Duarte; Maria Elisabete Martins Henriques, João Miguel Tavares de Almeida, Acácio Rodrigues Barbosa e Celestino Ferreira da Costa Martins, Vereadores. -----

----- Faltou à sessão o senhor Marco Nuno Tavares Rocha. -----

----- O membro José Marques Martins da Silva apresentou um pedido de renúncia ao mandato, de acordo com o previsto no art.º 76º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada através da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. Foi comunicado que seria promovida a substituição nos termos do n.º 4 do art.º 76º da mencionada Lei das Autarquias Locais e n.º 4 do art.º 53º do Regimento. -----

----- Seguidamente, foram submetidas à apreciação as actas n.º 201 e 202, oportunamente, remetidas aos membros da assembleia municipal, ficando dispensada a sua leitura. -----

----- A acta nº 201, foi aprovada por maioria, com as abstenções dos membros: Álvaro de Pinho Duarte, Ana Raquel Machado e Costa, Carlos Alexandre Arede da Silva, Cipriano de Arede Nogueira, David Dias Cabral, Joana Patrícia da Silva Rodrigues, José Carlos Ribeiro de Sousa, Manuel Eduardo Nogueira Dias da Silva, Mário Coutinho Martins, Nuno Miguel Pereira Martins Ferreira, Rui Manuel Jesus Nunes e Rui Manuel Pires da Silva; e os votos a favor dos restantes membros. -----

----- A acta nº 202, foi aprovada por unanimidade. -----

----- Seguidamente, depois do presidente da assembleia municipal ter dado as boas vindas aos novos eleitos, passou-se ao primeiro ponto da ordem de trabalhos. -----

-----1 - Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara -----

----- O **Presidente da Câmara** completou a informação escrita através do esclarecimento dos principais pontos exarados no documento. -----

----- Seguidamente, o presidente da assembleia municipal perguntou aos membros presentes se desejavam tecer algumas considerações ou apresentar pedidos de esclarecimento sobre a informação escrita do presidente da câmara. -----

----- Atendendo ao facto de não ter sido colocada qualquer questão, passou-se ao período de antes da ordem do dia. -----

-----2 - Período Antes da Ordem do Dia-----

----- **2.1 – Correspondência** – O presidente da assembleia municipal transmitiu ter recebido vários postais a desejar boas festas, de diversas entidades. -----

----- Em seguida, procedeu à leitura da correspondência recebida: -----

----- 2.1.1 – PSD – Subscrita pelo presidente do PSD de Sever do Vouga a informar que o senhor Álvaro Pinho Duarte passará a ser o líder da bancada do PSD na Assembleia Municipal. Mais desejou os votos de sucesso neste novo mandato, de um feliz Natal e prospero ano novo. -----

----- Apesar de não haver qualquer comunicação escrita, acrescentou o presidente da assembleia municipal que os líderes do PS, Independentes e CDS, respectivamente, eram os senhores José Luís da Silva e Almeida, David Dias Cabral e a senhora Ercília Maria Marques Pedro. -----

----- 2.1.2 – STAL – Através do ofício n.º OC84, de 7/12/2009, convidava os membros deste órgão para o debate sobre o tema “Água, direito e serviço público essencial. Que futuro?”. -----

----- 2.1.3 – CCDRC – Convocatória para a reunião da Comissão de Acompanhamento da revisão do PDM, agendada para o próximo dia 19/01/2010, e convocada através do ofício n.º 705070, de 10/12/2009. -----

----- 2.1.4 – Severenses residentes em Angola – Para conhecimento de todos os membros presentes, foi lida a comunicação de 17/10/2009, remetida pelos severenses que se reuniram para o convívio anual, em Angola, na capital e no “Restaurante Valente”, do senhor Augusto, das Lameiras. Através da mencionada comunicação, transmitem os severenses subscritores que: -----

Após analisar os resultados Autárquicos de 2009 deliberaram o seguinte: -----

----- Congratularam-se pela forma democrática e pacífica como decorreram as eleições autárquicas de 2009; -----

----- Endereçam por esta via os sinceros parabéns aos vencedores e o sincero respeito aos vencidos. -----

----- Depois de lida a carta remetida, decidiu a Assembleia Municipal exarar em acta a decisão tomada pelos conterrâneos residentes em Angola e expressar os votos dos maiores sucessos nas várias actividades profissionais que exercem naquele país. -----

----- Seguidamente, foram abertas as inscrições dos membros que desejassem intervir no período de antes da ordem do dia. -----

----- **2.2 – Intervenções.** -----

----- Neste ponto da ordem de trabalhos interveio apenas o membro **Álvaro de Pinho Duarte**, que teceu as seguintes considerações: -----

Em primeiro lugar, felicitou todos os órgãos eleitos para a autarquia, bem como, todos os candidatos que não o foram. Em democracia não existem vencedores nem vencidos, mas sim aqueles que tem mais votos e os outros que menos têm. A partir da tomada de posse devemos esquecer os partidos, os movimentos de independentes e trabalhar todos para o progresso e bem-estar de todos os Severenses. Aos órgãos colegiais eleitos, à Assembleia e Câmara Municipal, às Assembleias e Juntas de Freguesia, resultantes desse acto eleitoral, desejou o maior sucesso na defesa das populações e no alcance dos objectivos para lhes

proporcionar melhores condições de vida. Ao presidente da Câmara Municipal e aos vereadores, que constituem o órgão executivo, pretendeu uma maior atenção para os vectores primordiais que, em sua opinião, devem nortear as suas actuações:

1 – Apoio aos idosos e deficientes: - Propositadamente, em primeiro lugar, colocava os idosos e deficientes. Pois, mal seria de um país se não sabia cuidar dos seus idosos e ver neles o exemplo e a prática de um trabalho árduo e frutífero para o bem da nossa terra. Mal de um país que ainda olha o deficiente como um ser a integrar na sociedade. Portanto, era urgente pensar e agir a sério em torno das barreiras arquitectónicas existentes na nossa terra; autênticas armadilhas para quem por infortúnios da vida se vê incapacitado de realizar o seu contínuo de vida de forma autónoma. Era premente saber fazer para que essas pessoas possam exercer as suas rotinas e tarefas da forma o mais independente possível. É, também, bastante importante o apoio que se presta às IPSS, que desenvolvem um trabalho meritório e de excelência. Para além dos utentes dessas instituições, temo no nosso concelho muitos idosos, que em todas as freguesias e principalmente nas mais afastadas da sede, vivem momentos difíceis, pois, para além da solidão a que são submetidos, viram os seus filhos abandonar esta nossa terra na procura do sustento dos seus e de condições de vida mais favoráveis. Temos, pois, de lhe dedicar uma atenção muito especial. -----

2 – Ambiente, águas e saneamento básico: - Relativamente ao ambiente, águas e saneamento básico, propôs ao executivo um tratamento de excepção e fez um desafio para que, no final deste mandato, o concelho tivesse uma taxa de execução de 100% no abastecimento de água doméstica e de 80% no saneamento básico. Deve-se investir mais nestas obras que não se vêem, que ficam enterradas, mas que são indispensáveis à habitabilidade de todos os severenses. -----

3 – Gestão dos recursos humanos: - Todos nós sabemos que a Câmara Municipal é dos maiores, se não o maior, empregador de Sever do Vouga. Deve-se, pois, abandonar o provérbio antigo “tal dinheirito, tal trabalhito”. Actualmente os trabalhadores devem auferir o rendimento que merecerem e, por isso, devem desempenhar as suas funções com a maior rentabilidade possível. E o exemplo deve partir dos que estão no topo da pirâmide. Por isso, chamava a atenção para que a eles se deve proporcionar melhores condições de trabalho, responsabilizá-los, exigir-lhes o cumprimento dos seus deveres e obrigações para a melhoria dos índices de produtividade. Também aqui se deve avançar, se ainda não se fez, para uma avaliação contínua de todos os trabalhadores, e que se premeie o mérito, e se rejeite o “deixe a andar”. -----

4 – Criação de empregos e fixação da população: - Quanto à criação de emprego, um dos pontos mais problemáticos é evidente que não se atinge mais emprego só com melhores acessibilidades e com a oferta de terrenos em pequenas zonas industriais. Deve-se, portanto, estudar a possibilidade de se apoiar as empresas com a oferta de benefícios fiscais, por exemplo, com a diminuição do IRC e outras. Deveríamos, também, proporcionar o concelho de uma grande zona industrial, de molde a acolher uma grande empresa, ou mais do que uma. Não é só com boas estruturas ou com boas estradas que se fixam as populações, mas sim com a instalação de novas empresas e criação de novos empregos. Sobre este ponto, gostaria de saber se já se questionaram de quantos jovens licenciados de Sever do Vouga por cá se fixaram? Sabia que era difícil, mas seria urgente pensar em inverter esta situação. Será que estamos condenados? Pensava que não. -----

5 – Desporto e Turismo: - Quanto ao desporto, não se deve apoiar apenas os clubes federados, mas sim privilegiar aqueles que oferecem desporto, cultura e

ocupação de tempos livres aos mais jovens. Deve-se começar mesmo por aí. Se não houver associações para isso, a Câmara Municipal que crie uma secção de desporto com monitores que deverão apoiar as associações e proporcionar as melhores condições às nossas crianças. Os subsídios atribuídos às associações deverão ser fundamentados em critérios para que sejam atribuídos atendendo não só à quantidade das actividades, mas também e, principalmente, à qualidade e destino dessas mesmas actividades. Como é possível ao sábado e ao domingo as piscinas municipais estarem encerradas? Então, quando os munícipes têm mais disponibilidade de tempo encontram esses equipamentos encerrados? Vão dizer que teremos custos mais elevados. Era verdade, mas valia a pena. Quanto ao turismo, devemos ter uma maior atenção à requalificação das margens do Vouga e dos afluentes, à melhoria das praias fluviais e cascatas (temos parques que não têm casas de banho), ao investimento na recuperação dos moinhos como, por exemplo, os do Ribeiro de Paradela e para a abertura de mais circuitos pedonais. Não esquecer a conclusão da pista ciclável e extensão aos concelhos de Águeda, Oliveira de Frades e Vouzela. Como era possível, passados tantos anos, ter a antiga estação da CP de Paradela naquelas condições? -----

6 – Delegação de competências: - Sobre o último ponto, entendia que as pequenas e médias obras eram melhor geridas pelas Juntas de Freguesia que pela Câmara. Assim, considerava que se devia delegar às Juntas de Freguesia outras funções e investimentos, mas acompanhadas das respectivas transferências financeiras. Veríamos então que, com os mesmos recursos financeiros, com o apoio técnico da Câmara Municipal, se não faziam muito mais e melhores obras. -----

Para terminar, solicitou que a Câmara Municipal concedesse um tratamento igual para todas as Juntas de Freguesia. E, esquecendo os partidos e os movimentos de independentes, estaríamos norteados num objectivo comum – a melhoria das condições de vida das populações e o desenvolvimento sustentado deste nosso concelho. -----

Para isso, esta Assembleia Municipal, a Câmara Municipal, todas as Juntas de Freguesia, particularmente, a freguesia de Paradela, poderiam contar com a sua disponibilidade e todo o seu empenho pessoal, para o progresso destas lindas terras de Sever do Vouga e, parafraseando Alberto Caeiro, “nada torna, nada se repete, porque tudo é real”. -----

Em resposta, o **Presidente da Câmara**, referiu que a intervenção de Álvaro Duarte não apresentava, propriamente, nenhuma questão para ser respondida. Contudo, tinha tomado algumas notas, as quais mereciam algumas considerações. Assim, sobre o apoio aos idosos e deficientes, disse constatarmos o esforço que o executivo envidou nesse sentido. Isso porque há, neste momento, uma excelente cobertura de equipamentos sociais no concelho. E, esse facto verifica-se pelo empenho desenvolvido pelo executivo para a aprovação das candidaturas apresentadas pelas IPSS's. Senão, algumas delas teriam sido reprovadas. O próximo trabalho passa pela implementação do plano local e plano municipal de mobilidade, cuja candidatura já foi aprovada, para eliminar as barreiras arquitectónicas. -----

Em relação á água e saneamento, disse ser do conhecimento geral, que a empresa ADRA – Águas da Região de Aveiro possa vir a estar operacional em Março, deste ano. A cobertura não está prevista para toda a área, apenas para 95% na água e 90% nos esgotos. -----

Acerca do emprego e aos apoios para a sua criação, disse ter sido bom para o concelho que a Portaria viesse a incluir Sever do Vouga no conjunto de municípios

em que as PME's possam usufruir de sistemas de incentivos para a constituição de empregos. -----

Mas, para o desenvolvimento económico do concelho há, também, um gabinete de apoio ao investidor que está a realizar um bom trabalho, bastando ver o número de candidaturas que têm sido aprovadas, sobretudo para pequenos comerciantes e empresários, nos sistemas de incentivos, quer para as empresas, quer para as instituições públicas e foram candidaturas apresentadas a diversos programas, tais como, ao POPH, ao CIAC e ao QREN. -----

Sobre a zona industrial, disse que na revisão do PDM, a decorrer, iria ser analisada a possibilidade de ser autorizada a criação de uma grande zona industrial. -----

Em relação ao turismo e ao desporto, disse ter registado algumas sugestões. Mas, quanto ao desporto, acrescentou que a autarquia para além de possuir duas monitoras a promover actividades na piscina, também estava a apoiar o desporto, através da escola de futebol criada para dinamizar o Estádio Municipal, e, também, através das actividades de enriquecimento curricular, cujos protocolos celebrados com as IPSS's incluem a valência do desporto para as crianças do primeiro ciclo e pré-primário. -----

Por último, aproveitou para informar que a candidatura do prolongamento da ciclovia, até ao limite do concelho de Oliveira de Frades, tinha sido aprovada no programa PROVER e têm o financiamento garantido na sua totalidade. -----

Concluído este período de antes da ordem do dia, foi realizado um pequeno intervalo, antes de se passar ao período da ordem de trabalhos, através da apreciação dos pontos de acordo com a respectiva ordem do dia. -----

----- 3 - Ordem do Dia -----

3.1 - Regimento – Foi sugerido que os líderes de cada bancada fizessem chegar à mesa as propostas de melhoria ou alteração dos actuais estatutos. Portanto, foi adiada a apreciação e discussão deste ponto da ordem de trabalhos para a próxima sessão. -----

3.2 - Orçamento e GOP/2010 – Primeiro, o presidente da câmara municipal procedeu à apresentação dos documentos previsionais, consubstanciados na proposta aprovada pela Câmara Municipal. Aproveitou para apresentar uma explicação exhaustiva dos principais valores e documentos que integram o Orçamento e as Grandes Opções do Plano para 2010. -----

Segundo, colocou-se à disposição dos membros presentes para prestar os esclarecimentos que fossem necessários sobre os documentos apresentados. -----

Posto isto, foi aberto um período de intervenções, iniciado por **José Luís Almeida**, que referiu o seguinte: -----

Antes de tecer considerações sobre o ponto em questão, aproveitava para saudar os novos elementos desta Assembleia e desejava a todos um bom mandato. -----

Continuando, referiu que, independentemente das diferenças, são expectáveis contributos positivos, pois a renovação e a juventude aqui presente, isso augurava. Os documentos do Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2010 dão início a um novo ciclo de governação do nosso concelho pelos autarcas que abraçaram o projecto camarário do Partido Socialista. Este ciclo decorre de um projecto desenvolvido há vários anos e das propostas apresentadas no nosso programa eleitoral e que os eleitores sufragaram. Como será o ano de 2010? Os documentos procuram antecipar, a nível da autarquia, o que nos espera. Todos sabemos que o ano de 2009 foi um ano muito difícil para as pessoas, para as empresas e para os países. O Orçamento é um documento técnico com várias rubricas e que, todos sabemos, o nosso concelho tem a população que tem, tem as receitas que tem e,

também, tem os encargos inerentes à sua actividade. Disse não gostar muito de olhar para o campo das receitas porque, normalmente, é aí onde entravam todos, através do pagamento de impostos. Portanto, era preferível incidir a análise sobre as despesas e, de facto, esperar que o executivo seja eficiente para aproveitar, o melhor possível, os recursos que têm de gerir e os encargos que são inerentes à sua actividade. Era, também, expectável e obrigação das autarquias, contribuírem para a melhoria da qualidade de vida das suas populações. Não com paternalismo ou assistencialismo de ocasião, mas desenvolvendo acções estratégicas que potenciem um ganho, por vezes não imediato, mas de futuro, para a sua gente. Seria por acreditar nesta visão estratégica que pensava que as opções retidas nas GOP reflectem os projectos e obras que vão ajudar a continuar na senda do desenvolvimento, pois contaram com a colaboração de todos os presidentes de junta, o que é de enaltecer. Realçava os pontos que vão marcar este mandato autárquico e que o tornarão num dos mais importantes da história do nosso concelho. A continuação na aposta de uma estratégia cultural e educativa – a construção dos Centros Educativos de Rocas e de Couto de Esteves. O apoio que será dado à remodelação da Escola Secundária – que será, praticamente, uma nova escola. Realçou, também, o início da construção do Vougapark, a recuperação e regeneração do nosso património, como por exemplo, a reconversão da antiga estação de Paradela, a requalificação do pavilhão municipal e o projecto da recuperação do centro da vila até às piscinas municipais. O ambiente também não foi esquecido e a adesão à ADRA vai resultar num novo impulso no abastecimento de água e na execução de saneamento em várias freguesias estando prevista a aquisição de mais um equipamento para a recolha de resíduos. Neste local e para os presentes, lançou dois desafios: produzir menos lixo e procurar reciclar o máximo possível. Ao responsável do pelouro, esperava que transformasse o nosso concelho num exemplo nesta matéria e que tudo fizesse para que, em quatro anos, ou menos, se possível, colocasse equipamentos de recolha de lixo reciclável onde existisse equipamento de recolha de lixo indiferenciado. Para além do que já referido, havia, também, o apoio e estímulo à economia privada porque, efectivamente, a Câmara Municipal não pode criar postos de trabalho indiferenciadamente, porque provocam o aumento exponencial das despesas correntes em detrimento do desejado investimento. Para estimular a economia privada, o que seria possível fazer? Em resposta disse que, a Câmara poderia e deveria melhorar a rede viária. Haveria também que, aproveitar as parcerias com os privados, de que será exemplo a melhoria e a criação de mais uma ligação a outro concelho com a construção da Barragem de Couto de Esteves/Ribeiradio. Também, a vertente social do programa, que o Presidente da Câmara é um dos mais empenhados defensores, por todos conhecidos - inglês, as refeições nas escolas, as actividades de enriquecimento curricular, os transportes para os alunos, as parcerias com as IPSS's e outros programas sociais -, são apostas renovadas neste mandato e que, todos sabem, custam centenas de milhares de euros. -----
Muito mais haveria a elencar mas, se o referido fosse concretizado e os apoios sociais se mantivessem nos próximos quatro anos, já se daria por satisfeito, por ter escolhido gente que era capaz de o executar. -----
Concluiu dizendo que, o futuro da nossa terra merece que aproveemos os documentos que nos são propostos pelo executivo. -----
Seguidamente, o **Presidente da Câmara** aproveitou para referir que, em relação ao pavilhão gimnodesportivo, ainda não estava nada decidido. Contudo, a intenção aponta para ser feita uma grande intervenção no pavilhão sem ser o Município a

custear a obra, tentando englobar isso numa parceria com a Parque Escolar feita através de protocolo a celebrar com a Parque Escolar ou Conselho Executivo da Escola, no sentido de se fazer um contrato de comodato, transferindo a gestão do pavilhão para as escolas e sendo a remodelação do pavilhão incluída nas obras de remodelação da secundária e E.B.2.3, poupará o município cerca de cento e cinquenta mil euros, conforme estimativa para essa intervenção. -----

Em relação à recolha do lixo e à colocação dos eco-pontos, disse que não era possível colocarmos ecopontos em todos os sítios onde há um contentor do lixo indiferenciado. Era mais adequado fazer-se um estudo para a remoção de grande parte dos contentores de lixo e ter mais alguns ecopontos. Mas, os responsáveis da ERSUC entendem que temos muitos ecopontos distribuídos pelo concelho. -----

Sobre a relação trabalhadores da autarquia e despesa corrente, disse que ao analisarmos o orçamento e verificarmos a conta de gerência constatamos que a despesa primária, que é mais rígida, traz algumas dificuldades à gestão diária da autarquia, ou seja, quando antes a contribuição para a CGA era de 10%, agora, passou a ser de 20,6% para a segurança social. -----

Posto isto, o membro **Mário Coutinho** apresentou as seguintes questões: -----

Em relação ao orçamento, nas receitas de capital, está dotada uma rubrica com 250.000€, em “Terrenos”, e, no orçamento de despesa: uma rubrica com 29.300€, para “Horas Extraordinárias”; outra com 182.000€, designada “BND – Outros bens”; e uma outra com 72.000€, para “Publicidade”. As GOP possuem uma rubrica para Garantias – Accionamento de cauções. Assim, perguntou que movimentos se reflectiam naquelas rubricas? -----

Por último, aproveitou para perguntar, quando estava prevista a remodelação do cemitério da vila e alteração da localização da capela de Sº Brás. -----

Respondendo às questões, o **Presidente da Câmara**, disse que poderia solicitar o apoio do Director de Departamento, mas que iria procurar esclarecer naquilo que soubesse responder. -----

Em relação aos terrenos, presumiu que se referia aos terrenos disponíveis nas zonas industriais de Cedrim e de Irijó, cuja previsão de receita se encontra determinada em função do preço que está fixado em regulamento. -----

Sobre o valor previsto para “Horas extraordinárias”, referiu que havia, na verdade, muitos encargos dessa natureza com algumas actividades, por exemplo, na Ficavouga e nas Feiras de Artesanato, onde o executivo prefere recrutar vários funcionários para os trabalhos de montagem e desmontagem dos certames, em vez de se recorrer a serviços externos. Os motoristas dos autocarros, também fazem muitas horas extras, especialmente em dias de descanso e aos domingos, quando são solicitados pelas colectividades. -----

A rubrica Publicidade, servirá para a movimentação dos encargos com a publicação do boletim municipal e, eventualmente, com publicações nos jornais. Mas, inclui um reforço obrigatório pois, no programa de regeneração urbana, há uma verba que tem de ser afectada à publicitação do projecto. -----

Em complemento, o **Director de Departamento** informou que estava prevista nos documentos previsionais quer a receita proveniente do accionamento de garantias prestadas pelos empreiteiros, como a rubrica no PPI para se fazer face à despesa inerente. Mais informou que foram accionadas duas garantias. -----

Aproveitou para esclarecer que na rubrica “Publicidade” também são classificados os encargos com a publicação de avisos no Diário da República. E, que na rubrica, aquisição de bens não duradouros: “BND – Outros bens”, serão classificados os encargos com o fornecimento de electricidade para iluminação pública. -----

Seguidamente, foi registada a intervenção de **Rui Silva**, que referiu o seguinte: -----
Na apresentação do primeiro Orçamento e Grandes Opções do Plano deste mandato, os elementos que compõem a bancada do PSD, que é um partido atento e quer deixar bem claro que é um partido responsável e não é pelo facto de estarmos na oposição que deixaremos de honrar os compromissos que fizemos com os eleitores aquando das eleições autárquicas. -----
Mais disse que partilhavam da política transmitida pelo executivo vencedor, que citou: “apesar de todas as dificuldades com que sempre nos deparamos, é necessário manter o ritmo de movimento e a melhoria da qualidade e vida dos munícipes”, porque concordavam com essa opinião. Efectivamente, como autarcas, não podemos baixar os braços perante as adversidades que a conjuntura económica deste momento. Mas, acima de tudo, teriam que saber dar o exemplo e pensava que poderia ser dado, também, na correcta afectação dos recursos. -----
O facto de apenas poderem ser lançadas obras cujo preço base não seja superior a 25.000€ em rubricas residuais, é um bom sinal que ainda poderá ser melhorado. Assim, o voto do PSD nestes documentos orçamentais, depende das respostas a algumas questões que o PSD quer fazer ao senhor presidente. -----
Em primeiro lugar, vai a Câmara assumir que tratará todas as freguesias deste Município por igual, repartindo o bolo orçamental proporcionalmente pelas nove freguesias que compõem o concelho de Sever do Vouga? Vai a Câmara Municipal fazer todos os esforços para fixar a população, sobretudo os jovens, desenvolvendo verdadeiras políticas de fixação objectivas que comecem na educação e se prolongam pela saúde, emprego e habitação, procurando cumprir, pelo menos, o que colocou neste orçamento? -----
No dia em que termine a cimeira de Copenhaga, onde os países debatem o futuro ambiental do planeta, perguntamos que exemplo pretende a Câmara Municipal dar aos seus munícipes. -----
A proposta que debatiam assumia, como passou a citar, na qual se refere que “está prevista uma política ambiental que potencia a obtenção de benefícios”. Assim, perguntavam que política seria essa? Se terá em conta as características naturais que identificam, e muito bem, Sever do Vouga. Neste contexto, recordou que o presidente da Câmara Municipal de Águeda, também Socialista, quando foi eleito pela primeira vez para a Câmara Municipal há quatro anos, a primeira coisa que fez foi adquirir uma viatura híbrida, dando o exemplo aos munícipes. E, agora, o estado decidiu, também, participar para todos nós que queremos adquirir estas viaturas e achava que estaria na altura da Câmara Municipal dar o primeiro passo para que todos nós possamos, também, seguir. -----
Uma vez que afirmam que iriam lançar todos os apoios que estivessem ao alcance, sobretudo os apoios comunitários e contratos-programa, questionaram se já estaria a serem dados passos concretos nesse sentido, ou se não passava de uma mera intenção que desejavam ver cumprida. -----
Este orçamento prevê que o projecto Vougapark surgirá finalmente. Mas, não é explícito o “timing” para o início, nem de que forma. Tratando-se de uma das principais obras para o concelho, desejaram que o senhor presidente lhes desse mais alguns pormenores sobre aquele projecto. -----
Relativamente à recuperação do património, refere que irá avançar com a recuperação do largo das Eiras, em Cedrim. Portanto, desejava saber qual o ponto de situação desse projecto, assim como o projecto previsto para o Couto de Baixo. Os percursos pedonais são uma das mais-valias para qualquer concelho. A Câmara indica que está prevista a execução de mais seis. Assim, questionaram onde

ficariam situados. Quanto ao parque de campismo, perguntou onde estava prevista a sua localização e para quando o início dessa mesma construção. -----
Neste orçamento, está previsto o prolongamento da eco-pista do Vouga, entre Paradela e o limite do concelho. Disse que, não eram contra esse corredor, mas desejavam que houvesse uma alternativa, principalmente, para viaturas agrícolas. Assim, perguntavam se estaria previsto e, se não, qual era a alternativa, visto que, na zona em que estão a ser feitos estes caminhos, muitos ainda são utilizados por pessoas com viaturas agrícolas. -----
Continuando, disse que, também ficaram muito contentes com a criação do cartão do idoso, querendo saber para quando estaria previsto o lançamento e como iria funcionar. -----
Também, pretende-se apoiar habitações degradadas e, mais uma vez, se congratulavam por essa iniciativa de criar condições mínimas às famílias carenciadas. Portanto, perguntaram quantas famílias foram contempladas no último ano e as que se prevê apoiar em 2010, sendo que seria muito bom que não o tivesse que fazer, pois queria dizer que não havia famílias carenciadas neste concelho. ----
No documento, é referido que pretendem terminar a empreitada dos cinquenta caminhos. Nesse contexto, o PSD perguntava se já não deviam ter terminado? -----
Os apoios às zonas industriais são, de facto, indispensáveis para ajudar as nossas empresas. Este orçamento prevê a criação da zona industrial do Fojo e uma ligação rápida à A25, A1 e A29. Questionaram se o executivo prevê aproveitar o troço previsto para o IC35 e como financiará esta obra, uma vez que não encontramos dotações neste orçamento. -----
Reafirmou que o PSD não veio com posições definidas sobre a sua intenção de voto e tal dependerá de algumas destas respostas para que possamos votar neste mesmo orçamento. -----
Disse, que pugnavam por uma oposição responsável e atenta. Princípios que nunca abdicariam. Eram e sempre seriam contra a política do chamado “bota abaixo”. Como disse o líder da bancada do PSD, estamos todos aqui para que, unidos, possamos fazer mais e melhor por Sever do Vouga. -----
Todos, independentemente de partilharmos opiniões diferentes, umas mais para a esquerda, outras, mais para a direita, mais para a frente ou mais para trás, temos um objectivo em comum, que passa por fazer mais e melhor por Sever do Vouga e, por isso, Sever do Vouga tem que estar acima de todas as questões partidárias ou pessoais, e era nesse espírito que aqui se encontravam. -----
Em resposta, o **Presidente da Câmara**, disse que começaria pela parte final da intervenção, para dizer que nas autarquias não há grupos de esquerda nem de direita. Cada vez mais, a ideologia no exercício autárquico está completamente esbatida. Apresentou como exemplos os projectos intermunicipais, aprovados por executivos de diferentes ideologias políticas. -----
Sobre a A25, respondeu que não há verbas no orçamento e rubrica no PPI porque não era a autarquia a executar essa obra. Quanto à pergunta feita sobre o traçado, objectou que não se sabia se o troço de ligação de Sever do Vouga à A25, seria coincidente com o troço da IC35, porque não havia qualquer decisão sobre esse assunto. Mas, estavam a interceder para que, no mínimo, fosse feita uma ligação nova da sede do concelho à A25. -----
Sobre a empreitada de cinquenta caminhos, referiu que se tratava de é uma obra em execução, talvez com a necessidade de ser prorrogado o prazo, porque não foi possível efectuar as pavimentações previstas. -----

Em relação às habitações degradadas, disse tratar-se de uma política seguida já há alguns anos, iniciado com o projecto denominado “Cooperar para Crescer”, através do qual se recuperaram vinte e tal habitações. Mais referiu tratar-se de uma opção, a recuperação de habitações para terem as condições mínimas de habitabilidade, em detrimento da construção de bairros sociais. -----

O vereador **António Coutinho** completou a informação dizendo que neste ano, foram reparadas cinco habitações. Mas há outras intervenções, efectuadas através da execução de projectos, de ligações de água e apoio através da isenção de taxas. - Continuando, o **Presidente da Câmara**, sobre o cartão do idoso, respondeu que estava num processo de regulamentação e teria que ser submetida a proposta à consideração da Assembleia Municipal, para serem discutidos os benefícios a conceder aos utentes desse cartão. -----

Acerca do parque de campismo, disse que a autarquia poderia fazer um pequeno parque de campismo rural, caso fosse aprovada uma candidatura. -----

Aproveitou para comunicar que já tinham recebido a intenção de aprovação da candidatura apresentada no Mais Centro, para financiamento do projecto da Vougapark, e, também, dos dois centros escolares. -----

Relativamente, à via férrea, referiu que nunca fora e nem poderá ser um caminho agrícola. Acreditava que, com o encerramento dos caminhos-de-ferro, aqueles passaram a ser utilizados como caminhos agrícolas. Mas, antes do encerramento, todos os terrenos tinham, certamente, outros acessos. Informou haver um problema a resolver na via ciclável da Foz, porque havia particulares a quererem efectuar ligações de caminhos florestais por cima da via ciclável. Se isso acontecer, deixa de haver via ciclável porque aquele piso degrada-se completamente com a passagem dos tractores e camiões. -----

Posto isto, referiu que as juntas de freguesia não poderiam ser tratadas proporcionalmente e deu o exemplo da Vougapark, cujo projecto será feito na freguesia de Paradela do Vouga. Assim, caso fosse seguida essa regra, em função do custo daquela obra, a freguesia deixaria de ver aprovado qualquer investimento nas próximas duas décadas. Acrescentou como exemplos, também, a construção da piscina fluvial, a execução do cais e a recuperação da casa da Estação de Paradela. Concluiu dizendo que compreendia a opinião transmitida pelo membro Rui Silva, sempre levada em consideração pelo executivo. -----

Em relação às viaturas híbridas, disse que era uma boa sugestão para as próximas aquisições. -----

Por último, sobre os diversos programas comunitários disse que, através da comunicação escrita e boletim municipal, transmitia toda a informação sobre as candidaturas apresentadas e aprovadas. -----

Deliberação – No uso da competência dada através da alínea b), do n.º 2, do artigo 53º da Lei das Autarquias Locais, os documentos previsionais para o ano económico de 2010, cujo Orçamento de Receita e Despesa é de 11.450.000,00€ (onze milhões, quatrocentos e cinquenta mil euros), com os valores evidenciados nas rubricas por classificação orgânica, económica e funcional, nesta última situação, discriminados nos projectos e acções das Grandes Opções do Plano, com uma dotação definida de 6.020.000,00€ (seis milhões, vinte mil euros), documento esse que reúne o Plano Plurianual de Investimentos, com despesas de capital previstas no valor de 5.700.000,00€ (cinco milhões e setecentos mil euros) e o Plano de Actividades Municipais com uma dotação global de 320.000,00€ (trezentos e vinte mil euros), foram aprovados por maioria, com vinte e cinco votos a favor, dos membros: Albino Tavares de Pinho, Alexandre Paulo Tavares

Machado, Álvaro de Pinho Duarte, Ana Raquel Machado e Costa, António da Silva Portela, Belmiro Manuel Marques, Carlos Alexandre Arede da Silva, Cipriano de Arede Nogueira, Claudino da Fonseca Soares, David da Silva Alves, Ercília Maria Marques Pedro, Fernando da Silva Oliveira, Harolde Soares da Silva Balaias, Isabel Maria Soares dos Santos, Joana Patrícia da Silva Rodrigues, João Pereira Henriques, José Carlos Ribeiro de Sousa, José Luís da Silva e Almeida, José Manuel Barbosa de Almeida e Costa, Júlio Martins Fernandes, Manuel Eduardo Nogueira Dias da Silva, Mário Coutinho Martins, Nuno Miguel Pereira Martins Ferreira, Alexandre Fernandes Tavares, Rui Manuel Jesus Nunes, Rui Manuel Pires da Silva; e três abstenções, dos membros: Cláudia Maria Rodrigues da Silva, David Dias Cabral e Manuel Eduardo Nogueira Dias da Silva. -----

De igual modo, foi aprovada a proposta apresentada pelo órgão executivo exarada nas últimas folhas dos documentos previsionais, dada aqui como reproduzida, para os devidos e legais efeitos. -----

- Comissões Municipais – Constituição: Foi decidida, de acordo com as respectivas disposições legais, a constituição das seguintes comissões municipais, bem como, a designação ou indicação dos membros a integrar os conselhos municipais e órgão de outras entidades que a seguir se indicam: -----

3.2.1 Conselho Municipal de Segurança – Para o Conselho Municipal de Segurança, nos termos das alíneas d) e j) do art.º 5º da Lei n.º 33/98, de 18 de Julho, respectivamente, foram eleitos: -----

a) Como presidentes das juntas de freguesia os senhores João Pereira Henriques, Alexandre Paulo Tavares Machado, Claudino da Fonseca Soares e José Carlos Ribeiro de Sousa; -----

b) Como cidadãos de reconhecida idoneidade os senhores Albano de Amaral e Macedo, Américo Pereira Pinto Leitão, Rui Manuel Pires da Silva e Cipriano de Arede Nogueira. -----

3.2.2 Conselho Municipal da Juventude – Foi decidido retirar este ponto da ordem de trabalhos, para ser analisado numa próxima sessão. -----

3.2.3 Conselho Municipal de Educação – Foi decidido adiar a apreciação deste ponto para ser analisado numa próxima sessão. -----

3.2.4 Comissão Municipal de Instalação e Modificação de Estabelecimentos Comerciais – Para efeitos do previsto na alínea b) do n.º 4 da Lei n.º 12/2004, de 30 de Março, a Assembleia Municipal, por unanimidade, decidiu indicar o membro Mário Coutinho Martins.-----

3.2.5 Comissão Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios – Nos termos da alínea a) do n.º 1 do art.º 5º da Lei n.º 14/2004, de 8 de Maio, foi eleito o senhor António da Silva Portela, presidente da Junta de Freguesia de Talhadas, para fazer parte da Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios. -----

3.2.6 Comissão de Protecção de Crianças e Jovens – Para efeitos do que dispõe a alínea l) do art.º 17º da Lei n.º 147/99, de 1 de Setembro, foi proposto e aprovado, por unanimidade, manter os quatro membros designados pela assembleia municipal cessante que a seguir se indicam: Zélia Maria da Fonseca Marques, designada na sessão de 24/02/2006, Paula Cristina Vaz dos Santos, designada na sessão de 19/12/2008, Maria Madalena de Jesus Morais e Inês Lopes da Silva, ambas designadas na sessão de 26/06/2009. -----

3.2.7 Conselho Municipal Cinegético – Com vista ao pedido de actualização da composição dos membros que compõe o Conselho Municipal Cinegético deste concelho, nos termos da alínea e) do n.º 2 do art.º 157º do Decreto-Lei n.º

202/2004, de 18 de Agosto, foi eleito o membro deste órgão o senhor David Dias Cabral. -----

3.2.8 Comissão de Acompanhamento do Plano Director Municipal – Para integrar a Comissão de Acompanhamento do PDM – Plano Director Municipal deste concelho, conforme estabelece a alínea c) do n.º 1 do art.º 7º da Portaria n.º 1474/2007, de 16 de Novembro, por unanimidade, foi nomeado o senhor José Manuel Barbosa de Almeida e Costa, presidente do órgão deliberativo. -----

3.2.9 Assembleia Distrital – Como determina a alínea b) do n.º 2 do art.º 2º do Decreto-Lei n.º 5/91, de 8 de Janeiro, este órgão deliberativo far-se-á representar na Assembleia Distrital pelo senhor José Manuel Barbosa de Almeida e Costa, na qualidade de Presidente da Assembleia Municipal, e, o senhor João Pereira Henriques, eleito de entre os presidentes das juntas de freguesia. -----

3.2.10 CIRA – Comunidade Intermunicipal do Baixo Vouga – Seguidamente, nos termos do n.º 3 do art.º 11º da Lei n.º 45/2008, de 27 de Agosto, realizou-se o acto eleitoral, por escrutínio secreto, para eleição dos cinco membros que irão integrar a assembleia distrital da CIRA – Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro. Foi apresentada uma única lista, denominada por Lista A, contendo os seguintes membros: José Manuel Barbosa de Almeida e Costa; José Luis Silva Almeida; David Dias Cabral; Ercília Maria Marques Pedro; Nuno Miguel Pereira Martins Ferreira. Depois de realizado o escrutínio, foi eleita a Lista A, com 28 votos. -----

3.3 - AMBV – Extinção – Após justificação apresentada pelo presidente da câmara municipal, na sequência da decisão tomada ao abrigo da alínea m) do n.º 2 do art.º 53º da Lei das Autarquias Locais, que levou esta autarquia a fazer parte da Associação de Municípios Bairrada/Vouga, foi apresentada uma proposta pelo órgão executivo no sentido de ser solicitada a necessária autorização para a extinção da associação, conforme deliberação tomada pela assembleia intermunicipal e dada a conhecer aos municípios que a integram. Assim, decidiu a assembleia municipal, por unanimidade, autorizar que fosse extinta a AMBV – Associação de Municípios Bairrada/Vouga. -----

3.4 – ANMP – Representantes / Congresso – Para efeitos do que dispõe o n.º 2 do art.º 6º dos estatutos da Associação Nacional de Municípios Portugueses, foi eleito o senhor Harold da Silva Balaias, presidente da Junta de Freguesia de Dornelas. -----

4 – Outros assuntos. – Não foi apresentada qualquer proposta. -----

----- 4 – Período destinado ao público -----

Neste período foi registada a pergunta efectuada pela senhora Maria Patrocínia Machado da Mota, de Cedrim, que, dirigindo-se ao executivo, perguntou se havia a possibilidade de intervenção numa casa de habitação, em muito mau estado de conservação e com poucas condições de habitabilidade. -----

O Presidente da Assembleia Municipal respondeu que a pergunta devia ser apresentada ao executivo, numa reunião do respectivo órgão. -----

Nada mais havendo a tratar, deu-se como concluída esta sessão, cuja acta em minuta foi aprovada, por unanimidade, no final, para produzir eficácia imediata, tendo sido elaborada a presente acta, que vai ser assinada pelo presidente deste órgão e por quem a redigiu. -----